



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VICOSA

Município: VIÇOSA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	23
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	23
VIII - CONCLUSÃO	23
IX - FOLHA DE ASSINATURA	25
X - ANEXOS	26





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VICOSA

CPF/CNPJ: 18.132.449/0001-79

Município/UF: VIÇOSA-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VICOSA

CPF/CNPJ: 18.132.449/0001-79

Município/UF: VIÇOSA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: Março 2020 a Dezembro 2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	28/03/2023	19/05/2023
Execução - In loco	29/05/2023	02/06/2023
Relatório	03/06/2023	22/06/2023

Tarefa Nº: 147658

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1-FATOR DESENCADEANTE:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - Exercício de 2023



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- OBJETIVOS E ESCOPO:

Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa, tendo como unidade visitada o Hospital São João Batista, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a dezembro/2021.

3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

Viçosa é um Município pertencente à Macrorregião de Saúde Leste do Sul e Microrregião de Viçosa. Possui uma população estimada de 79.910 habitantes (estimativa IBGE 2021) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,741. O Município é habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Portaria GM/MS nº 5, de 05 de janeiro de 1999. É polo da Microrregião de Saúde composta pelos municípios: Viçosa, Araponga, Cajuri, Canaã, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, São Miguel do Anta, Teixeiras, Coimbra Ervália e Presidente Bernardes. Atende a uma população estimada em 200.000 habitantes, contando os municípios da microrregião e população flutuante estimada em 20.000 estudantes que buscam as suas faculdades. Conforme CNES, no ano de 2020 com um total de 444 estabelecimentos de saúde sendo: 16 centros de saúde/unidades básicas, 1 policlínica, 2 hospitais gerais, 336 consultórios isolados, 17 clínicas/centros de especialidade, 26 unidades de apoio diagnose e terapia (sadt isolado), 39 farmácias, 1 unidade de vigilância em saúde, 1 hospital/dia - isolado, 1 central de regulação do acesso. Em 2021 contava com um total de 487 estabelecimentos de saúde sendo: 17 centros de saúde/unidades básicas, 1 policlínica, 2 hospitais gerais, 359 consultórios isolados, 19 clínicas/centros de especialidade, 26 unidades de apoio diagnose e terapia (sadt isolado), 54 farmácias, 1 unidade de vigilância em saúde, 1 hospital/dia - isolado, 1 central de regulação do acesso, 1 central de gestão em saúde, 3 centros de atenção psicossocial, 1 polo academia da saúde, 1 centro de imunização. Através de documentos apresentados, no período de março de 2020 a dezembro de 2021, o Município recebeu recursos financeiros para o custeio e investimento nas ações da atenção primária, média e alta complexidade no enfrentamento da COVID-19 de origem federal e estadual através de Portarias, Medidas Provisórias e Resoluções SES/MG. Esta microrregião com base no Plano de Contingência da Macrorregião Leste do Sul, tem como referência SRAG de 1ª prioridade o Hospital São João Batista, aprovado pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168 de 04/06/2020, atualizado em 30/07/2020.

A unidade hospitalar visitada no município de Viçosa é a Fundação Assistencial Viçosense- FAV, entidade mantenedora do Hospital São João Batista- HSJB, foi instituída em 1974 em Viçosa/MG, sob o nº de CNPJ: 17.989.187/0001-09, hospital geral, filantrópico conveniado ao SUS, CNES nº: 2099438, possuindo ainda o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. É uma instituição de porta aberta, com demanda espontânea e as internações são reguladas pelo SUSFácil. Atualmente, possui 112 leitos cadastrados, sendo 70 destinados ao SUS, os quais estão divididos nas seguintes especialidades, de acordo com dados do CNES atualizados em 13/04/2023: 27 clínicas geral, 15 cirurgias geral, UTI II Adulto 15, saúde mental 10, psiquiatria 1, 2 isolamento, ortopedia/traumatologia 7, pneumologia 1, pediatria cirúrgica 4.

No período de abrangência da análise (março/2020 a dezembro/2021), o Hospital São João Batista disponibilizou leitos para enfrentamento à COVID-19, sendo beneficiado com recursos financeiros para custeio e investimento por meio das Resoluções: Resolução SES/MG Nº 7.160 de 17/07/2020, Resolução SES/MG Nº 7.295 de 13/11/2020, Resolução SES/MG Nº 7.384, de 29/01/2021, Resolução SES/MG Nº 7.396 de 09/02/2021, Resolução SES/MG Nº 7.482 de 20/04/2021, Resolução SES/MG Nº 7.595 de 09/07/2021, Resolução SES/MG Nº 7.683 de 27/08/2021, Resolução SES/MG Nº 7.770 de 08/10/2021 e Portarias GM/MS nº 1.393/2020, 1.448/2020, 1.769/2020 e 373/2021. A disponibilização dos leitos para enfrentamento ao COVID-19 está descrita no Anexo 5 –Leitos UTI-SUS Adulto. No final do período da abrangência desta auditoria, dezembro de 2021, a instituição dispunha de 10 leitos UTI-Adulto-SUS/COVID-19 e 20 leitos Clínicos Adulto-SUS/COVID-19.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

- Estudo do Manual de Procedimentos Analíticos do CEA/SUS-MG, do Plano de Contingência da SES/MG para a Macrorregião Leste do Sul e do Instrutivo de Fundo Municipal de Saúde, ajustando-se às ações relacionadas com o enfrentamento da COVID-19;
- Reunião por videoconferência, pela plataforma Google Meets, no dia 10/04/2023, com os auditores da equipe executora/ARAS, para alinhamento da auditoria;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Extração e análise dos documentos apresentados através de link do google drive enviados por e-mail;
 - Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS e o Hospital São João Batista para repasses de recursos financeiros, processos de pagamentos e Prestações de Contas;
 - Planos de Trabalho de Aplicação dos Recursos e Relatórios de execução dos recursos;
 - Processos de pagamentos de despesas e toda documentação pertinente;
 - Elaboração de planilhas de recursos financeiros;
 - Pesquisas:
 - <https://sig-res.saude.mg.gov.br/>;
 - <https://transparencia.vicosa.mg.gov.br/>;
 - Legislações que tratam de destinação e prestação de contas dos recursos financeiros ao hospital, para enfrentamento da COVID 19;
- Consulta no Site da SES/MG: [https://coronavirus.saude.mg.gov.br/\(Resoluções e Deliberações\)](https://coronavirus.saude.mg.gov.br/(Resoluções e Deliberações));
<https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/RESOLUÇÃO%20SES%20-%20CIB.pdf>;
- Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais: Consulta de Resoluções SES(Covid-19) no Site da SES/MG;
<https://www.transparencia.mg.gov.br/despesa-estado/despesa/despesafavorecidos/2020/2021>;
 - Pesquisa no site da Receita Federal/CNPJ: <https://www.documentoonline.com.br/receita-federal-cnpj/>;
 - Consulta e emissão do Certificado Geral de Convenientes/CAGEC: www.portalcagec.mg.gov.br/certificado/;
 - Pesquisas no site do Ministério da Saúde:
 - Consulta de portarias GM/MS(Covid-19): <https://www.in.gov.br/em/web/dou/-/portaria-gm/ms>; e Fundo Nacional de Saúde (repasses de recursos);
 - Pesquisas de dados no SCNES do Hospital Santa Isabel e Secretaria Municipal de Saúde para levantamento de informações de cadastros sobre COVID 19;
 - Levantamento e análise dos dados do Hospital São João Batista, extraídos nos portais do SCNES, SIH, SUSFácil;
 - Inclusão de Instrumentos Jurídicos/Legislação/Critérios nas Matrizes de Análise de Informações das entidades auditadas;
 - Elaboração de Cronogramas das Auditorias Analíticas e Operativas na SMS de Viçosa e Hospital São João Batista;
 - Elaboração de roteiros de entrevistas, planilhas e tabelas para coleta de dados.

FASE OPERATIVA:

- Reunião de abertura dos trabalhos de auditoria, no dia 29/05/2023 as 11:00 hs, na SMS de Viçosa com a participação dos auditores da SES/MG e do Assessor Direto do Secretário Municipal de Saúde, S.F.O.
- Análise dos documentos previamente solicitados;
- Entrevistas in loco com funcionários da SMS;
- Realização de auditoria in loco, no período de 29/05 a 02/06/2023, para análise de documentos;
- Realização de Reunião de encerramento dos trabalhos da Fase Operativa e assinatura do Termo de Auditoria com a presença do Assessor Direto do Secretário Municipal de Saúde, S.F.O. e do Chefe do Fundo Municipal de Saúde, S.M.O. e equipe de auditoria da AUDSUS no dia 02/06/2023.

LIMITAÇÕES: Atraso na apresentação dos documentos solicitados para a auditoria analítica; documentos financeiros digitalizados de forma aleatória, desordenados, desagregados, em grandes volumes e em duplicidade, incluindo documentos em excesso dos demais setores da saúde do Município não relacionados a esta auditoria; diversos Termos Aditivos à Contratualização nº 01/2017 sem a identificação da fonte do recurso e/ou normas que regulamentam os repasses impossibilitando associar e reunir documentos que comprovam de forma clara e individualizada, os processos de cada repasse de recursos destinados ao Hospital São João Batista para o enfrentamento da COVID-19. Este fato foi documentado no Termo de Auditoria. O Secretário Municipal de Saúde enviou 03 (três) ofícios a este Núcleo de Auditoria: nºs 261/2023, 262/2023 e 307/2023. No Ofício nº 261/2023/SMS de 12/05/2023, solicitou dilação de prazo, tendo em vista o grande volume de documentos e a dificuldade em encontrá-los, em especial, por conter período de outras gestões. No ofício nº 262/2023/SMS de 15/05/2023, o Secretário informou que devido ao alto número de itens a serem enviados, ainda não havia sido possível o levantamento integral das documentações necessárias pelos Chefes e Coordenadores da Secretaria de Saúde até o momento. E no Ofício nº 307/2023/SMS de 07/06/2023, parágrafo 3º, informou: "Cumprir dizer que houve uma enorme dificuldade para encontrar a documentação solicitada, em razão de diversos fatores, dentre eles, as trocas de gestões.....os documentos referentes ao período solicitado, ...foram produzidos por outros Secretários Municipais." Parágrafo 4º: "Desse modo, há dificuldade em acessar os arquivos físicos e encontrar os documentos em função de os documentos à época não terem sido arquivados com fichamento e/ou identificações, nem tão somente terem sido digitalizados."



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXOS:

Anexo 01 – Recursos para enfrentamento da COVID-19 transferidos do FMS ao Hospital São João Batista.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 671976

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Não foi celebrado instrumento de repasse com o Hospital São João Batista para transferências dos recursos financeiros da Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021.

Evidência: Em análise aos recursos repassados ao Hospital, constatou-se que a SMS não celebrou instrumento para repasse de recursos financeiros provenientes da Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021 com fundamento na Portaria GM/MS nº 3.300 de 04/12/2020 referente à autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, mediante solicitações de autorização de leitos analisadas e autorizadas na forma do Anexo II terão efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2021, no valor mensal de R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Tal fato está em desacordo com a Constituição Federal/1988, Art. 199, § 1º; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Seção VI, Capítulo III, Art. 34, Parágrafo Único; Lei Federal nº 13.979/2020, Art. 4º, § 2º, Incisos I a VI; Lei Federal nº 8.666/1993, Arts. 54 e 60.

Fonte da Evidência: -Planilha detalhada do Portal do FNS de repasses para as competências de fevereiro e março de 2021 da Portaria GM/MS nº 3737/2021 e Ordem do Tesouro/FNS 850432;
-Notas Fiscais Eletrônicas nºs 140 de 19/03/2021 e 155 de 06/04/2021;
-Empenho Global nº 24 03 de 19/03/2021 e Sub-Empenhos nº 02403-001 de 19/3/2021 e nº 2403-002 de 05/04/2021 ref. aos repasses de recursos da Portaria GM/MS nº 373/2021 da 1ª e da 2ª parcela, competência fevereiro/2021 e março/2021;
-Ofício HSJB/DAM nº 047/2021 de 19/03/2021 - Encaminha NF nº 140/2021 à SMS para transferência do repasse ref. PT 373/2021;
-Comprovantes das transferências dos repasses da Portaria GM/MS nº 373/2021 datados de 30/03/2021 e 09/04/2021;
-Extratos da conta 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa e da conta corrente nº 94.345-2, Agência 0428-6/BB do Hospital;

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 718/2023, o Representante da Pessoa Jurídica notificada, o Sr. R.R.F. não se manifestou acerca das não conformidades.

Justificativa 2: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 721/2023, de 22/11/2023, o Sr. J.C.A.C. notificado como Pessoa Física interessada não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação do representante da Pessoa Jurídica da instituição e não houve manifestação da pessoa física interessada. Assim sendo, considera-se que não foram apresentadas justificativas para afastar a não conformidade.

Propõe-se ao auditado a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18 132.449/0001-79



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: A SMS deverá observar, nas contratações complementares de serviços de saúde, os princípios, diretrizes e legislações do SUS, observadas as normas de direito público conforme estabelece a Constituição Federal/1988, Art. 199, § 1º; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Seção VI, Capítulo III, Art. 34, Parágrafo Único; Lei Federal nº 13.979/2020, Art. 4º, § 2º, Incisos I a VI; Lei Federal nº 8.666/1993, Arts. 54 e 60.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668522

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: A SMS celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital São João Batista para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal e Estadual) referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: O Município de Viçosa, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, celebrou instrumento jurídico com o Hospital São João Batista, no período de março/2020 a dezembro/2021, para execução das ações e serviços de saúde no enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, conforme consta no Anexo 01 do Relatório.

1) Termo Aditivo nº 05 de 22/06/2020 do Contrato nº 01/2017 para repasse de recursos financeiros da Portaria GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020 no valor de R\$352.535,59 (Trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

2) Termo Aditivo nº 06 de 22/06/2020 do Contrato nº 01/2017 para repasse de recursos financeiros da Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020 no valor de R\$1.317.717,19 (Um milhão, trezentos e dezessete mil, setecentos e dezessete reais e dezenove centavos);

3) Termo Aditivo nº 07 de 24/07/2020 do Contrato nº 01/2017 para repasse de recursos financeiros da Portaria GM/MS nº 1.769 de 15/07/2020 no valor de R\$1.440.000,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais);

4) Termo de Compromisso 839/7.461 de 20/04/2021 para repasse de recursos financeiros estabelecido pela Resolução SES/MG nº 7.461 de 31/03/2021, aprovado pela DEL CIB-SUS nº 3367 de 31/03/2021 no valor de R\$200.000,00 (Duzentos mil reais).

Tal fato está de acordo com a Constituição Federal/1988, Art. 199, § 1º; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Seção VI, Capítulo III, Art. 34, Parágrafo Único; Lei Federal nº 13.979/2020, Art. 4º, § 1º e § 2º; Portaria GM/MS nº 1.393/2020, Art. 1º, Art. 2º, § único; Lei Federal nº 8.666/1993, Arts. 54 e 60; Termo Aditivo nº 05 ao Contrato nº 01/2017, Cláusula 1ª; Termo Aditivo nº 06 ao Contrato nº 01/2017, Cláusula 1ª; Termo Aditivo nº 07 ao Contrato nº 01/2017, Cláusula 1ª; Portaria GM/MS nº 1.448/2020, Art. 1º, § 1º; Portaria GM/MS nº 1.769/2020, Art. 2º; Resolução SES/MG nº 7.461/2021, Art. 1º; Termo de Compromisso nº 839/7.461/2021, Cláusula 1ª, § 1º.

Fonte da Evidência: -Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral/CNPJ emitido em 27/06/2022;

-Cadastro Geral de Convenientes/CAGEC emitido em 01/06/2022;

-Termo Aditivo nº 05 de 22/06/2020;

-Termo Aditivo nº 06 de 22/06/2020;

-Termo Aditivo nº 07 de 24/07/2020;

-Termo de Compromisso 839/7.461 de 20/04/2021;

-Publicações dos Termos Aditivos 05, 06 e 07/2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668523

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista.

Evidência: Em análise aos documentos apresentados verificou-se que a SMS de Viçosa celebrou termo de compromisso para recebimento de recursos financeiros do FES/MG, a serem repassados ao Hospital São João Batista, como incentivo financeiro para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais para o enfrentamento do COVID-19.

-Termo de Compromisso 839/7.461 de 20/04/2021. Vigência: 6 meses (20/10/2021).

-Resolução SES/MG nº 7.461 de 31/03/2021.

-DEL CIB-SUS nº 3367 de 31/03/2021.

-Valor de R\$200.000,00 (Duzentos mil reais).

Os recursos desta Resolução SES/MG foram recebidos na conta corrente 96038-1, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa no dia 14/05/2021 tendo sido efetuada a transferência no valor de R\$200.038,11 (Duzentos mil e trinta e oito reais e onze centavos), acréscimo resultante dos rendimentos provenientes da aplicação financeira, ao Hospital São João Batista no dia 25/05/2021, 7º dia útil, com 2 (dois) dias de atraso, para a conta corrente nº 226-7, Agência 9.133-2/BB vinculada ao Hospital.

Tal fato está em desacordo com o Decreto Estadual nº 45.468/2010, Capítulo IV, Art. 11, Capítulo V, Art. 12; Termo de Compromisso nº 839/7461, Cláusula 2ª, Inciso I, alínea c.

Fonte da Evidência: -B.O. do FMS de Viçosa de 2020 e de 2021;

-Planilha SIG-RES - de Recursos de Resoluções para FMS de Viçosa;

-Plano de aplicação de recursos financeiros com os anexos I e II;

-Processo Licitatório/Edital de Cotação Prévia de Preços nº 13/2021 de 19/05/2021 e respectivos anexos;

-Publicação do Aviso de Licitação e Publicação de Resultado Final;

-Empenho Global nº 04005 de 18/05/2021 e Sub-Empenho nº 04005/001 de 25/05/2021 (quitação) emitido pela Prefeitura ref. ao repasse do recurso;

-Nota Fiscal Eletrônica nº 202100000000246 de 20/05/2021 emitida pela Prefeitura para repasse do recuso ao Hospital;

-Relatório de Empenhos por Fornecedor - Portal da Transparência de Viçosa;

-Extrato bancário do FMS, conta corrente 96038-1, Agência 0428-6 do período de 06/04/2021 a 31/05/2021;

-Extrato bancário do Hospital, conta corrente 226-7, Agência 9.133-2/BB do período de 21/05/2021 a 31/05/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 718/2023, o Representante da Pessoa Jurídica notificada, o Sr. R.R.F. não se manifestou acerca das não conformidades.

Justificativa 2: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 721/2023, de 22/11/2023, o Sr. J.C.A.C. notificado como Pessoa Física interessada não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Não houve manifestação do representante da Pessoa Jurídica da instituição e não houve manifestação da pessoa física interessada. Assim sendo, considera-se que não foram apresentadas justificativas para afastar a não conformidade.

Propõe-se ao auditado a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18 132.449/0001-79

Recomendação: A SMS deverá executar todas as cláusulas acordadas nos instrumentos jurídicos de repasse de recursos e com a legislação em vigor, assim como, repassar os recursos recebidos até o 5º dia útil conforme estabelece o Decreto Estadual nº 45.468/2010, Capítulo IV, Art. 11 e Termo de Compromisso nº 839/7461, Cláusula 2ª, Inciso I, alínea c.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA

18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668537

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista.

Evidência: 1) Termo Aditivo nº 05 de 22/06/2020 à Contratualização nº 01/2017. Vigência: 90 dias (19/09/2020)

PORTARIA GM/MS nº 1.393 de 21/05/2020.

OBJETO: aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares, aquisição de equipamentos e pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos UTI-Covid, contratação e pagamento de profissionais de saúde.

A SMS transferiu em 19/06/2020, o valor integral de R\$352.567,88 (Trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos) da conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa para a conta corrente nº 3.149-6, Agência 0428-6/BB vinculada ao Hospital São João Batista.

2) Termo Aditivo nº 06 de 22/06/2020 à Contratualização nº 01/2017. Sem vigência, para execução imediata.

Portaria GM/MS nº 1.448 de 29/05/2020.

OBJETO: aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares, aquisição de equipamentos e pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos UTI-Covid, contratação e pagamento de profissionais de saúde.

A SMS transferiu em 21/07/2020, o valor integral de R\$1.317.717,19 (Um milhão, trezentos e dezessete mil, setecentos e dezessete reais e dezenove centavos) da conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa para a conta corrente nº 94.080-1, Agência 0428-6/BB vinculada ao Hospital São João Batista.

3) Termo Aditivo nº 07 de 24/07/2020 à Contratualização nº 01/2017. Vigência: 24/10/2020.

Portaria GM/MS nº 1.769 de 15/07/2020.

OBJETO: diárias de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município, em parcela única. O recurso disponibilizado no caput deste art. equivale ao período de 90 (noventa) dias.

A SMS transferiu em 24/07/2020, o valor integral de R\$1.440.000,00 (Um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) da conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa para a conta corrente nº 3.149-6, Agência 0428-6/BB.

4) Portaria GM/MS nº 373 de 02/03/2021.

OBJETO: Autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, mediante solicitações de autorização de leitos analisadas e autorizadas na forma do Anexo II terão efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2021. Estas autorizações correspondem ao primeiro trimestre de 2021.

A SMS transferiu em 30/03/2021, o valor integral de R\$480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais) referentes à 1ª parcela -competência Fevereiro/2021, da conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa para a conta corrente nº 94.345-2, Agência 0428-6/BB;

E transferiu em 09/04/2021, o valor integral de R\$480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais) referentes à 2ª parcela -competência Março/2021, da conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa para a conta corrente nº 94.345-2, Agência 0428-6/BB.

Tal fato está de acordo com a Constituição Federal, Art. 199, § 1º; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Art. 14 e seu Parágrafo Único, do Capítulo IV do Anexo 2 do Anexo XXIV; Art. 33 e seu Parágrafo Único, Art. 34, do Capítulo VI, do Anexo 2 do Anexo XXIV; Termo Aditivo nº 05/2020 à Contratualização nº 01/2017, Cláusula 1ª; Termo Aditivo nº 06/2020 à Contratualização nº 01/2017, Cláusula 1ª; Termo Aditivo nº 07/2020 à Contratualização nº 01/2017, Cláusula 1ª; Portaria GM/MS nº 373/2021, Art. 10.

Fonte da Evidência: -Plano de Trabalho de 03/06/2020 da Portaria GM/MS nº 1.393/2020;
-Plano de Trabalho de 21/07/2020 da Portaria GM/MS nº 1.448/2020;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Repasse do FNS de 2020 e de 2021 ao FMS de Viçosa;
- Nota de Empenho Ordinário nº 06604 de 17/06/2020 ref. Repasse dos recursos da Portaria GM/MS nº 1.393/2020; Comprovante pgto-TED- datado de 19/06/2020 (conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa, Extrato bancário c/c: Lote 13105- Doc. 061933; Nota Fiscal Eletrônica nº 218/2020 de 05/06/2020 emitida pela Prefeitura ref. ao repasse dos recursos;
- Nota de Empenho Ordinário nº 07768 de 17/07/2020 ref. Repasse dos recursos da Portaria GM/MS nº 1.448/2020; Comprovante pgto-TED- datado de 21/07/2020 (conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa), Extrato bancário c/c: Lote 13105- Doc. 42.800.000.094.080, Nota Fiscal nº 269/2020 de 21/07/2020 emitida pela Prefeitura ref. ao repasse dos recursos;
- Nota de Empenho nº 07838 de 23/07/2020 ref. Repasse dos recursos da Portaria GM/MS nº 1.769/2020; Comprovante pgto-TED-datado de 24/07/2020 (conta corrente 85.580-4, Agência 0428-6/BB do FMS de Viçosa, Extrato: Lote 99015- Doc. 550.428.000.085.580, Nota Fiscal Eletrônica nº 272/2020 de 24/07/2020;
- Planilha detalhada do Portal do FNS de repasses para as competências de fevereiro e março de 2021 da Portaria GM/MS nº 373/2021 e Ordem do Tesouro/FNS 850432;
- Notas Fiscais Eletrônicas nºs 140 de 19/03/2021 e 155 de 06/04/2021;
- Empenho Global nº 24 03 de 19/03/2021 e Sub-Empenhos nº 02403-001 de 19/3/2021 e nº 2403-002 de 05/04/2021 ref. aos repasses de recursos da Portaria GM/MS nº 373/2021 da 1ª e da 2ª parcela, competência fevereiro/2021 e março/2021;
- Ofício HSJB/DAM nº 047/2021 de 19/03/2021 - Encaminha NF nº 140/2021 à SMS para transferência do repasse ref. PT 373/2021;
- Comprovantes das transferências dos repasses da Portaria GM/MS nº 373/2021 datados de 30/03/2021 e 09/04/2021;
- Extratos bancários da conta 3149-6, Agência 0428-6 do Hospital;
- Extratos bancários da conta nº 94.080-1, Agência 0428-6/BB do Hospital;
- Extratos bancários da conta nº 94.345-2, Agência 0428-6/BB do Hospital do período de março/2021 a maio/2021;
- Relatório de Empenhos por Fornecedor - Portal da Transparência de Viçosa;
- https://transparencia.vicosa.mg.gov.br/tpc_des_vis.aspx?

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668706

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS não apresentou a documentação específica da aplicação dos recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista.

Evidência: A SMS apresentou um Relatório: Prestação de Contas SIOPS 2020 de forma resumida, uma relação de empenhos por fornecedor do ano de 2020 onde constam os valores dos repasses de recursos federais (Portarias) e um empenho global constando apenas o valor total pago, sem identificação das fontes dos recursos destinados ao Hospital São João Batista. A documentação apresentada foi digitalizada de forma aleatória e desagregada; um grande volume de documentos de diversos setores da saúde do Município não relacionados a esta auditoria e em duplicidade, impossibilitando identificar, associar e reunir documentos de despesas que comprovam de forma clara e individualizada, de cada instrumento/repasse de recursos próprios destinados às ações de Média e Alta Complexidade de enfrentamento para a COVID-19. Contudo, o Município de Viçosa aplicou 17,95% no ano de 2020 e 23,17% em 2021 em ações e serviços públicos de saúde, da arrecadação dos impostos a que se refere a Constituição Federal/1988, Arts. 156, 158 e 159 e a Lei Complementar 141/2012, Art. 1º, Inciso II e Art. 7º, conforme dados extraídos do SIOPS de 2020 e de 2021. Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 § 2º inciso I, II e III.

Fonte da Evidência: -Ofício nº 261/2023/SMS de 12/05/2023;
-Ofício nº 262/2023/SMS de 15/05/2023;
-Ofício nº 307/2023/SMS de 7/06/2023;
-Empenhos-Aditivos-NF-Extratos e outros de 2020, 2021 de pagamentos diversos;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Empenhos 2020 SMS; Empenhos SMS 2021;
- Atos ocorridos a partir da COVID;
- Empenho por fornecedor;
- Prestação de Contas SIOPS.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., foi notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI uma série de documentos digitalizados: Contratos e prestações de contas de recursos federais e notificações de prestações de contas. Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e sem relevância para a questão da aplicabilidade documentada dos recursos próprios do município destinados ao combate da pandemia COVID-19 no Hospital de forma idêntica aos documentos apresentados em auditoria operativa e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: A SMS deverá apresentar toda a documentação específica, identificada por cada recurso, ordenada, detalhada e agregada, da aplicação dos recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital São João Batista, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63, § 2º Inciso I, II e III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668538

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Aquisição de Materiais e equipamentos (licitação)

Constatação: A SMS não apresentou documentos de aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos pela SMS destinadas exclusivamente ao Hospital São João Batista para o enfrentamento à COVID-19.

Evidência: A SMS apresentou um Relatório resumido de repasses destinados ao Hospital São João Batista, sem informação da fonte de recursos; não apresentou documentos que comprovam se houve aquisições de equipamentos, materiais e medicamentos realizadas pela SMS destinados às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 e não apresentou relação de tais aquisições. A documentação apresentada foi digitalizada de forma aleatória e desagregada em arquivos diversos, alguns em duplicidade e em grandes volumes de documentos dos demais setores da saúde do Município não relacionados a esta auditoria, impossibilitando identificar, associar e reunir documentos de despesas de cada instrumento jurídico, de cada processo de compras.

Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º inciso I, II e III.

Fonte da Evidência: -Ofício nº 261/2023/SMS de 12/05/2023;
-Ofício nº 262/2023/SMS de 15/05/2023;
-Ofício nº 307/2023/SMS de 7/06/2023;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



-Arquivos digitalizados (Empenhos 2020, 2021);

-Prestação de Contas SIOPS.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., foi notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI uma série de documentos digitalizados: Contratos e prestações de contas de recursos federais e notificações de prestações de contas. Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria, não há documentos das despesas realizadas nas aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos destinados ao combate da pandemia COVID-19 no Hospital e nada mais foi acrescentado. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: A SMS deverá apresentar toda a documentação específica, ordenada e detalhada dos equipamentos e materiais/insumos/medicamentos adquiridos com recursos próprios destinados ao combate da pandemia COVID-19 no Hospital São João Batista, conforme estabelecido na Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63, § 2º inciso I, II e III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668698

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Registros Contábeis

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital São João Batista não estão em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Os processos de pagamentos referentes às Portarias 1.393/2020, 1.448/2020, 1.769/2020 e da Resolução SES 7.461/2021 demonstram os repasses integrais dos recursos financeiros ao Hospital São João Batista para execução das ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento da COVID-19 e constam dos seguintes documentos, os quais são referentes às prestações de contas realizadas pelo Hospital: Termo Aditivos 05, 06 e 07 à Contratualização 01/2017; Planos de Trabalho e de aplicação dos recursos de todos os instrumentos que o exigiram (Termos Aditivos das Portarias GM/MS 1.393/2020, 1.448/2020 e Termo de Compromisso 839/Res.SES/MG 7.461); Extratos bancários do FMS, Notas de Empenhos com as devidas liquidações e quitações e Notas Fiscais emitidas pelo Hospital referentes a todos os repasses; Comprovantes de pagamentos e TED/DOC de todos os repasses; No entanto, o restante da documentação apresentada foi digitalizada de forma aleatória, desordenada, desagregada, sem uma triagem para agregar documentos de cada processo, contrato ou repasse, incluindo documentos de todos os setores da secretaria de saúde do Município, documentos de habilitação de empresas, trazendo dificuldades para localizar, associar e reunir os documentos de despesas de cada instrumento jurídico celebrado com o Hospital São João Batista. Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, Art. 63, Incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



19/2008, Art. 10, §§ 1º e 2º, Incisos I ao VI; Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 24, 60, Art. 61, § único.

Fonte da Evidência: -Ofício nº 261/2023/SMS de 12/05/2023;
-Ofício nº 262/2023/SMS de 12/05/2023;
-Ofício nº 307/2023/SMS de 7/06/2023;
-Atos ocorridos a partir da COVID;
-Publicações-Processos Licitatórios da Prefeitura;
-Processos de compras da Prefeitura;
-Empenhos-Aditivos-Transferências-HSJB;
-Empenhos 2020 e 2021 de todas as despesas do Município.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., foi notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI uma série de documentos digitalizados: Contratos e prestações de contas de recursos federais e notificações de prestações de contas. Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e de forma idêntica aos documentos apresentados em auditoria operativa e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: A SMS deverá apresentar toda a documentação específica, ordenada, detalhada e agregada de cada processo de pagamentos de cada recurso utilizado no enfrentamento da pandemia COVID-19, no Hospital São João Batista, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320/1964, Art. 63, Incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19/2008, Art. 10, §§ 1º e 2º, Incisos I ao VI; Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 24, 60, Art. 61, § único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668797

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da execução dos Termo Aditivos ao Termo de Contratualização nº 01/2017, firmados com o Hospital São João Batista para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa não apresentou documentos que comprovam, no período auditado, o acompanhamento no período de março de 2020 a dezembro de 2021, da execução dos Termos Aditivos à Contratualização nº 01/2017 firmados com o Hospital São João Batista para repasses de recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 e não foi encaminhado o Termo de Entrevista conforme combinado com o Assessor do Secretário de Municipal de Saúde e com o Coordenador do Fundo Municipal de Saúde no encerramento da auditoria operativa, dia 02/06/2023.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Lei Federal nº 8666/1993, Art. 67 e Termo de Contratualização nº 01/2017 de 05/10/2017, Cláusula Oitava, Item 8.1 e 8.5.

Fonte da Evidência: -Ofício nº 261/2023/SMS de 12/05/2023;
-Ofício nº 262/2023/SMS de 15/05/2023;
-Ofício nº 307/2023/SMS de 7/06/2023;
-Prestações de contas do Hospital;
-Prestação de Contas SIOPS.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., foi notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI uma série de documentos digitalizados: Contratos e prestações de contas de recursos federais e notificações de prestações de contas. Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e de forma idêntica aos documentos apresentados em auditoria operativa e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. A equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: A SMS deverá apresentar toda a documentação referente ao acompanhamento da execução de cada Termo Aditivo ao Termo de Contratualização nº 01/2017, firmados com o Hospital São João Batista para repasses de recursos no enfrentamento da COVID-9 de forma ordenada, detalhada e agregada, conforme estabelece a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Lei Federal nº 8666/1993, Art. 67 e Termo de Contratualização nº 01/2017 de 05/10/2017, Cláusula Oitava, Item 8.1 e 8.5.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 667723

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital São João Batista de Viçosa.

Evidência: A SMS de Viçosa não demonstrou o acompanhamento do quantitativo de leitos disponíveis para atendimento dos pacientes com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, bem como relatórios de monitoramento e controle, para acompanhamento para disponibilidade de leitos clínicos e de UTI no Hospital São João Batista, no período de março/2020 a dezembro/2021. Foram apresentados relatórios de Movimento de AIH-HSJB, anos 2020 e 2021 e relatórios SIHD2 das internações na UTI COVID, realizados pelo Hospital São João Batista, no período de setembro/2020 a dezembro/2021.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Entretanto não houve análise pela SMS desses relatórios. Em entrevista com o chefe do Departamento de Controle e Avaliação (J.A.R.F.), este informou que realiza o Controle e Avaliação por meio de relatórios gerados pelo Sistema de Informações Hospitalares descentralizados, SIHD2, onde os atos passíveis de apuração se encontram em relatórios (anexados).

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II,(Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus COVID-19) da Macrorregião Leste do Sul, item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV) e Portaria GM/MS nº 2181 de 19 de Agosto de 2020, Art. 1º, § 1º, §2º, incisos I, IV e § 4º do Art. 2º.

Fonte da Evidência: -Relatórios Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados-SIHD2, fornecido pela SMS Viçosa em 31/05/2023.

-Relatórios Movimento de AIH-HSJB, anos 2020 e 2021, fornecido pela SMS Viçosa em 31/05/2023.

-Visita in loco na SMS de Viçosa em 29/05/2023 e 02/06/2023.

-Termo de Entrevista com o chefe do Departamento de Controle e Avaliação da SMS de Viçosa (J.A.R.F.) em 31/05/2023.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo 2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: Não houve comunicação formal encaminhando tais documentos esclarecendo sobre a finalidade dos mesmos. Um dos documentos incluídos no SEI após a notificação do interessado, digitalizados de forma desordenada, desagregada e aleatória contendo 407 páginas, do período de 1997 a 2021 se refere a cópia de parte de um processo denominado Cópia de Processo 2237/17, Vol II onde constam processos de contratação de prestação de serviços dos diversos setores do Hospital, aditivos, empenhos, deliberações CIB-SUS, PPI, notificações ao HSJB, escalas de plantões dos diversos setores do hospital, SIHD2 e SIS/DATASUS, documentos de controle e avaliação, contratos, auditorias municipais de 2019, listagem de medicamentos e outros, além de vários documentos ilegíveis; os demais documentos são Relatórios de Auditoria de prestações de contas de portarias e notificações ao Hospital referentes a essas auditorias.

A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria. Os documentos de controle e avaliação constantes em documento apresentado via SEI não são referentes ao período auditado e nada mais foi acrescentado. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Viçosa adotar procedimentos que possibilitem a realização e o registro do acompanhamento da ocupação de leitos hospitalares, para fins de monitoramento e controle do prestador, conforme estabelece a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II.

Destinatários da Recomendação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 667813

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital São João Batista, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: A SMS de Viçosa não apresentou relatórios ou documentos de controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital nos casos COVID-19. Em entrevista com o chefe do Departamento de Controle e Avaliação da SMS de Viçosa (J.A.R.F.), este informou que o acompanhamento e as fiscalizações das ações dos prestadores hospitalares são realizada pela CAC (Comissão de Acompanhamento da Contratualização) que faz levantamento quadrimestral das ações pactuadas entre o hospital e o município, realizando avaliações qualitativas e quantitativas, por meio de levantamento e documentos. Informa que visitas in loco são realizadas pela auditoria médica para apurar denúncias e são realizados trabalhos periódicos sobre prestações e atos normativos executados pelo hospital. Relata ainda que o Conselho Municipal de Saúde tem a atribuição de vigilância dos acontecimentos e fatos observados e apurados nos hospitais. O Termo de Contratualização Nº 01/2017 entre o HSJB e a Prefeitura de Viçosa menciona a obrigatoriedade da contratante de estabelecer mecanismo de Controle, regulação, monitoramento e avaliação das ações realizadas pelo hospital, através de indicadores de desempenho e qualidade, bem como a implantação da CAC neste processo, mas nenhum documento foi apresentado pela SMS.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Art. 10, inciso I, Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n) *vigente até a publicação da Resolução de Consolidação CIT Nº1 de 30/03/2021, Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Art.37, Portaria SAES/MS nº 245, de 24 de Março de 2020, art. 5º e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396, de 14/04/2000 (versão de 01/2017), item 4.3 p. 9. e o Termo de Contratualização Nº 01/2017 entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/Órgão Gestor do SUS/Fundo M. Saúde e Fundação Assistencial Viçosense, mantenedora do HSVP, Cláusula quinta, Da Competência do Contratante, item 5.6 e Cláusula Oitava, Do Acompanhamento, Controle e Avaliação, item 8.1 e 8.3.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista com o chefe do Departamento de Controle e Avaliação da SMS de Viçosa (J.A.R.F.) em 31/05/2023.

- Visita in loco na SMS de Viçosa em 29/05/2023 e 02/06/2023.

- Termo de Contratualização Nº 01/2017 entre a Prefeitura Municipal de Viçosa/Órgão Gestor do SUS/Fundo M. Saúde e Fundação Assistencial Viçosense, mantenedora do HSVP

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo 2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: Não houve comunicação formal encaminhando tais documentos esclarecendo sobre a finalidade dos mesmos. Um dos documentos incluídos no SEI após a notificação do interessado, digitalizados de forma desordenada, desagregada e aleatória contendo 407 páginas, do período de 1997 a 2021 se refere a cópia de parte de um processo denominado Cópia de Processo 2237/17, Vol II onde constam processos de contratação de prestação de serviços dos diversos setores do Hospital, aditivos, empenhos, deliberações CIB-SUS, PPI, notificações ao HSJB, escalas de plantões dos diversos setores do hospital, SIHD2 e SIS/DATASUS, documentos de controle e avaliação, contratos, auditorias municipais de 2019, listagem de medicamentos e outros, além de vários documentos ilegíveis; os demais documentos são Relatórios de Auditoria de prestações



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de contas de portarias e notificações ao Hospital referentes a essas auditorias. A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria. Os documentos de controle e avaliação constantes em documento apresentado não são referentes ao período auditado e nada mais foi acrescentado. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. À autoridade competente, propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: Recomenda-se à SMS de Viçosa adotar procedimentos que possibilitem a realização do controle e avaliação da produção referentes às internações do Hospital São João Batista, conforme o disposto na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668701

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não valida os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas do Hospital São João Batista conforme estabelecido em legislação vigente e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: A SMS não apresentou documentos que comprovam a validação dos dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas dos instrumentos jurídicos celebrados com o Hospital São João Batista. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II; Termo de Contratualização nº 01/2017, de 05/10/2017, Cláusula Oitava, Item 8.3, Inciso I.

Fonte da Evidência: -Prestações de contas dos Termos Aditivos 05/2020, 06/2020, 07/2020 e Termo de Compromisso 839/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., foi notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI uma série de documentos digitalizados: Contratos e prestações de contas de recursos federais e notificações de prestações de contas. Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e de forma idêntica aos documentos apresentados em auditoria operativa e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA

18.132.449/0001-79

Recomendação: Cumprir as determinações legais estabelecidas na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10 inciso I e II; Termo de Contratualização nº 01/2017, de 05/10/2017, Cláusula Oitava, Item 8.3, Inciso I.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668710

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e o submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: O PMS dos anos 2018 a 2021 foi aprovado em 25/06/2018 pelo CMS. No ano de 2020 foram incluídas no PMS diretrizes, objetivos, metas, indicadores e previsão orçamentária para enfrentamento da pandemia do Coronavírus, por meio do Plano de Contingência Covid-19 Micro Viçosa (com fluxograma e manejo do paciente da atenção primária ao encaminhamento hospitalar, planilhas de monitoramento de casos, informação sobre testes, modos de transmissão e como evitar a contaminação) e o Plano Financeiro de Desembolso elaborados pela SMS. No dia 30/04/2020 estes ajustes no PMS foram aprovados em reunião do CMS. Em 15/07/2020 foi apresentada, no CMS, a atualização do Plano de Contingência Covid-19 Micro Viçosa e Plano de aplicação Financeira.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, § 3º inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III; art. 97 § 1º, incisos I, II e III. NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: -Plano Municipal de Saúde 2018-2021;

-Ata da reunião do CMS de 25/06/2018;

-A Ata reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 30/04/2020;

-Ata reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 15/07/2020.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668714

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS não promoveu os ajustes na PAS 2020 e 2021 inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e as submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Apesar de citada em Ata da reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 17/02/2020 a aprovação da PAS 2019/2020, a Programação Anual de Saúde (PAS) de 2020 e de 2021 não foram apresentadas à equipe de auditores. Não foram promovidos os ajustes, na PAS 2020 e 2021, inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e submetendo-as à aprovação do CMS. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, § 3º inciso I, alíneas a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III; art. 97 § 1º, incisos I, II e III. Nota Técnica Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: Ata reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 17/02/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: Não houve comunicação formal encaminhando tais documentos esclarecendo sobre a finalidade dos mesmos. Um dos documentos incluídos no SEI após a notificação do interessado, digitalizados de forma desordenada, desagregada e aleatória contendo 407 páginas, do período de 1997 a 2021 se refere a cópia de parte de um processo denominado Cópia de Processo 2237/17, Vol II onde constam processos de contratação de prestação de serviços dos diversos setores do Hospital, aditivos, empenhos, deliberações CIB-SUS, PPI, notificações ao HSJB, escalas de plantões dos diversos setores do hospital, SIHD2 e SIS/DATASUS, documentos de controle e avaliação, contratos, auditorias municipais de 2019, listagem de medicamentos e outros, além de vários documentos ilegíveis; os demais documentos são Relatórios de Auditoria de prestações de contas de portarias e notificações ao Hospital referentes a essas auditorias.

A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

À autoridade competente, propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: Cumprir as determinações legais estabelecidas na Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, Art. 97, § 1º, incisos I, II e III; Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668716

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS não apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Os RDQAs 1º quadrimestre de 2020, com a denominação, Apresentação Siops 1 Quadrimestre 2020, foram apresentados ao CMS em reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 26/08/2020 e do 2º quadrimestre de 2020, com a denominação, Apresentação Siops 2 Quadrimestre 2020, foram apresentados em reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa do dia 30/11/2020. Verificou-se que não contemplam as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19 e não houve apresentação e/ou aprovação dos RDQAs, no ano de 2020, pela Câmara de Vereadores. Os RDQAs do ano de 2021 não foram apresentados à equipe de auditores, ao CMS e à Câmara de Vereadores.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III. Nota Técnica Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3. Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459/2012.

Fonte da Evidência: -Ata reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 26/08/2020;
-Ata reunião Ordinária (Online) do CMS de Viçosa de 30/11/2020.



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo 2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: Não houve comunicação formal encaminhando tais documentos esclarecendo sobre a finalidade dos mesmos. Um dos documentos incluídos no SEI após a notificação do interessado, digitalizados de forma desordenada, desagregada e aleatória contendo 407 páginas, do período de 1997 a 2021 se refere a cópia de parte de um processo denominado Cópia de Processo 2237/17, Vol II onde constam processos de contratação de prestação de serviços dos diversos setores do Hospital, aditivos, empenhos, deliberações CIB-SUS, PPI, notificações ao HSJB, escalas de plantões dos diversos setores do hospital, SIHD2 e SIS/DATASUS, documentos de controle e avaliação, contratos, auditorias municipais de 2019, listagem de medicamentos e outros, além de vários documentos ilegíveis; os demais documentos são Relatórios de Auditoria de prestações de contas de portarias e notificações ao Hospital referentes a essas auditorias.

A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade.

À autoridade competente, propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: Cumprir as determinações legais estabelecidas na Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III.
Nota Técnica Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3. Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459/2012.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668717

Subgrupo: Execução Orcamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: Os Relatórios Anual de Gestão (RAG) de 2020 e 2021 não contemplam as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Verificou-se que o RAG/2020 e o RAG/2021 não contemplam os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS) em consonância com o PMS, as recomendações (revisão dos indicadores, reprogramação), as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19. O RAG de 2020 foi aprovado pelo CMS em reunião ordinária do dia 22/11/2021, fora do prazo legal de aprovação. O RAG de 2021 foi aprovado pelo CMS em reunião ordinária do dia 21/03/2022, dentro do prazo legal para aprovação.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99, §1º incisos I ao IV e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: Apresentação RAG/2020;

Apresentação RAG 2021;
Resolução do Conselho Municipal De Saúde Viçosa nº 16/2021 de 22/11/2021;
Resolução do Conselho Municipal De Saúde Viçosa nº 06/2022 de 21/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo 2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: Não houve comunicação formal encaminhando tais documentos esclarecendo sobre a finalidade dos mesmos. Um dos documentos incluídos no SEI após a notificação do interessado, digitalizados de forma desordenada, desagregada e aleatória contendo 407 páginas, do período de 1997 a 2021 se refere a cópia de parte de um processo denominado Cópia de Processo 2237/17, Vol II onde constam processos de contratação de prestação de serviços dos diversos setores do Hospital, aditivos, empenhos, deliberações CIB-SUS, PPI, notificações ao HSJB, escalas de plantões dos diversos setores do hospital, SIHD2 e SIS/DATASUS, documentos de controle e avaliação, contratos, auditorias municipais de 2019, listagem de medicamentos e outros, além de vários documentos ilegíveis; os demais documentos são Relatórios de Auditoria de prestações de contas de portarias e notificações ao Hospital referentes a essas auditorias.

A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. À autoridade competente, propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: Cumprir as determinações legais estabelecidas na Portaria de Consolidação nº 01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99, §1º incisos I ao IV e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 668720

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Gerenciamento

Constatação: A SMS não apresentou documentos que comprovam as devidas alterações/complementações na LDO/LOA de 2020 e de 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Em análise documental, foi apresentado um Diagnóstico Situacional da Secretaria de Saúde de Viçosa- 2018-2021 LOA E PAS-2021, datado de agosto de 2020, constando o orçamento da saúde de 2020 (Anexo da LOA/2020) sem alterações



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



referentes à COVID-19. Este diagnóstico traz Propostas para LOA e PAS de 2021, citando apenas implantação de UTI-COVID no HSJB. Não foram apresentadas as informações que comprovam que a SMS adotou as medidas para alteração e complementação identificando as ações, programas e despesas no seu orçamento com a nomenclatura prevista em legislação para enfrentamento da COVID-19 e as medidas adotadas. As leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais dos exercícios de 2020 e 2021, extraídas do Portal da Transparência do Município de Viçosa não apresentam estas alterações/complementações, assim como, a SMS não apresentou tais alterações e/ou complementações e não apresentou o Quadro de Detalhamento das Despesas (QDD) do orçamento de 2021(LOA/2021). Foi apresentada apenas uma lei para abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento de 2020 no valor de R\$82.556,36 (Oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos) dotação 02.03.02-FMS-10.122.0012-2.265-Enfrentamento da Emergência COVID-19(Lei nº 2.817 aprovada em 28/04/2020 e publicada em 04/05/2020).

Tal fato está em desacordo com Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º, Incisos I, II e III e Emenda Constitucional nº 106/2020, Art. 5º, Inciso I.

Fonte da Evidência: -Lei nº 2.756/2019 (LDO) Diretrizes para LOA de 2020;
-Lei nº 2.835/2019 (LDO) Diretrizes para LOA de 2021;
-Lei nº 2.791/2019 (LOA) Estima receitas e despesas para 2020;
-Lei nº 2.879/2020 (LOA) Estima receitas e despesas para 2021;
-Lei nº 2.817 de 04/05/2020 (Arquivo digitalizado-Atos ocorridos a partir da COVID);
-Diagnóstico Situacional da Secretaria de Saúde de Viçosa- 2018-2021 LOA e PAS 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, o Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo 2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

Análise da Justificativa: Não houve comunicação formal encaminhando tais documentos esclarecendo sobre a finalidade dos mesmos. Um dos documentos incluídos no SEI após a notificação do interessado, digitalizados de forma desordenada, desagregada e aleatória contendo 407 páginas, do período de 1997 a 2021 se refere a cópia de parte de um processo denominado Cópia de Processo 2237/17, Vol II onde constam processos de contratação de prestação de serviços dos diversos setores do Hospital, aditivos, empenhos, deliberações CIB-SUS, PPI, notificações ao HSJB, escalas de plantões dos diversos setores do hospital, SIHD2 e SIS/DATASUS, documentos de controle e avaliação, contratos, auditorias municipais de 2019, listagem de medicamentos e outros, além de vários documentos ilegíveis; os demais documentos são Relatórios de Auditoria de prestações de contas de portarias e notificações ao Hospital referentes a essas auditorias.

A documentação apresentada não faz referência aos achados desta constatação, identificados pela auditoria e nada mais foi acrescentado, não apresentando providências tomadas para saná-los. Por fim, a equipe de auditoria considera que as justificativas apresentadas não foram suficientes para afastar a não conformidade. À autoridade competente, propõe-se aplicar ao auditado a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

Recomendação: Cumprir as determinações legais estabelecidas no Decreto Federal nº 10.360/2020 art. 1º, Incisos I, II e III e Emenda



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constitucional nº 106/2020, Art. 5º, Inciso I.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VICOSA	18.132.449/0001-79

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 22/11/2023

Ofício Nº: 7182023

Data: 22/11/2023

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Notificação de Relatório Preliminar encaminhado por meio de Ofícios: Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 718/2023 de 22/11/2023 à SMS (Pessoa jurídica auditada), recebido em 05/12/2023 conforme AR BN nº 02939735 9 BR; Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 719/2023 de 22/11/2023, ao Sr. A.J.M., (PF) recebido em 06/12/2023, conforme AR nº BN 02939740 2 BR; Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 721/2023 de 22/11/2023, ao Sr. J.C.A.C., (PF) recebido em 05/12/2023, conforme AR nº BN 02939736 2 BR; Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 722/2023 de 22/11/2023, ao Sr. M.A.A.V.S., (PF) recebido em 05/12/2023, conforme AR nº BN 02939739 3 BR; Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 723/2023 de 22/11/2023, ao Sr. R.R.F., (PF) recebido em 12/01/2024, conforme AR nº BN 02940050 9 BR.

O Sr. M.A.A.V.S., notificado como Pessoa Física interessada, incluiu no SEI os seguintes documentos digitalizados: Contrato e Termos vigentes do HSJB 2020 (cópia de processo 2237-17-Vol 2), Prestação de contas Portaria 1769 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1448 ano 2020, Prestação de contas Portaria 1393 ano 2020 e três documentos de Notificações Prestações de contas 2020. Essa documentação, incluída no SEI, sem comunicação formal, foi avaliada pela equipe, que concluiu que ela não está relacionada aos achados das constatações apontadas pela auditoria. Esta mesma documentação havia sido apresentada na auditoria operativa, nenhum documento novo foi acrescentado, portanto o auditado não comprovou que foram adotadas providências para correção das não conformidades.

Não houve manifestação do representante da instituição notificado como Pessoa Jurídica e não houve manifestação das demais Pessoas Físicas interessadas.

VIII - CONCLUSÃO

O objetivo de avaliar a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa em relação ao Hospital São João Batista (definido como referência para atendimento COVID-19 no Plano de Contingência Operativo da Macro Região Centro), no que se refere aos recursos financeiros não foram alcançados em razão da apresentação da documentação digitalizada de forma aleatória, desordenada, desagregada, distribuída em arquivos diversos, alguns em duplicidade e em grandes volumes de documentos dos demais setores da saúde do Município não relacionados a esta auditoria, sem uma triagem para reunir documentos de cada processo para aquisições e contratações de bens e serviços, que impossibilitou analisar a legalidade e a legitimidade dos atos realizados pelos gestores do período de abrangência desta auditoria. Foram propostas as recomendações no sentido de sanar as não conformidades. Os documentos apresentados para defesa em primeira instância são cópias digitalizadas dos mesmos já analisados na fase operativa, sendo avaliados novamente pela equipe, que concluiu que não estão relacionadas aos achados das constatações apontadas pela auditoria, não sendo apresentadas adotadas providências para correção das não conformidades.

A SMS não realizou controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital São João Batista, no atendimento de casos da COVID-19, e não demonstrou o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados a este atendimento, assim como o acompanhamento dos instrumentos de repasses de recursos, sendo proposto adotar procedimentos que possibilitem a realização e o registro do acompanhamento da ocupação de leitos hospitalares, e dos referidos instrumentos de repasse, para fins de monitoramento e controle do prestador, bem como a realização do controle e avaliação da produção referente às internações no Hospital.



ENCAMINHAMENTOS:

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº. 722 para conhecimento e interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade de Relatório Final de Auditoria à SMS de Viçosa;
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. M.A.A.V.S.;
- 3- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. J.C.A.C.;
- 4- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. A.J.M.;
- 5- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. R.R.F.

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, será dada ciência:

1. À Gerência Regional de Saúde de Ponte Nova;
2. Ao Conselho Municipal de Saúde de Viçosa.





IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

Anexo 01- Recursos para enfrentamento da COVID-19 transferidos do FMS para o Hospital S.João Batista

ANEXO 01- Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Viçosa ao Hospital São João Batista no período de 01/03/2020 a 31/12/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio/ Contrato (nº)	Empenho (nº)	Data pto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta e Agência do Hospital	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
85.580-4 0428-6	FNS	-	1.393 de 21/05/2020	Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2020	06604- 17/06/2020	19/06/2020	352.535,59	3.149-6 0428-6/BB	352.567,88	19/09/2020	S	
85.580-4 0428-6	FNS	-	1.448 de 29/05/2020	Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2020	07768- 17/07/2020	21/07/2020	1.317.717,19	94.080-1 0428-6/BB	1.317.934,16	Sem vigência	S	
85.580-4 0428-6	FNS	-	1.769 de 15/07/2020	Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2020	07838- 23/07/2020	24/07/2020	1.440.000,00	3.149-6 0428-6/BB	1.440.000,00	24/10/2020	S	
96.038-1 0428-6	FES	7.461 de 31/03/2021	-	Termo Compromisso 839/7.461	04005 18/05/2021	25/05/2021	200.038,11	9.133-2 0428-6/BB	201.324,89	20/10/2021	S	
85.580-4 0428-6	FNS	-	373 de 02/03/2021	-	02403-001 de 19/03/2021	30/03/2021	480.000,00	94.345-2 0428-6/BB	480.000,00	Sem vigência	S	
85.580-4 0428-6	FNS	-	373 de 02/03/2021	-	02403-002 de 05/04/2021	09/04/2021	480.000,00	94.345-2 0428-6/BB	483.692,86	Sem vigência	S	
TOTAL REPASSADO:							R\$4.270.290,89	TOTAL GASTO:	R\$4.275.519,79			